

Economia.

Forma como pais veem o trabalho influencia filhos
Págs. 40 e 41

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadineiro

BALANÇO DE 2013

CONTAS DO ESTADO

R\$ 800 MILHÕES ABAIXO DO ESPERADO NO CAIXA

União repassou R\$ 305 milhões a menos do estimado em 2013

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

O governo do Espírito Santo fechou 2013 com uma receita total de R\$ 13,409 bilhões, R\$ 796 milhões abaixo do que o orçamento estadual previu para o ano passado: R\$ 14,205 bilhões. Esses recursos vêm fundamentalmente dos tributos arrecadados pelo Estado (R\$ 9,9 bi), transferências constitucionais (R\$ 4,1 bi), contribuições (R\$ 1,8 bi) e financiamentos (R\$ 910 milhões).

O volume de recursos à disposição do Tesouro Estadual – que ficou abaixo dos R\$ 13,6 bi registrados em 2012 – seria maior se as transferências de capital – recursos pleiteados por Estados e municípios junto à União Federal – viessem numa vazão maior. No ano passado, o orçamento previa a vinda de R\$ 335,253 milhões de Brasília, entretanto, só chegaram ao Palácio Anchieta R\$ 30,563 milhões, ou 9,12% do orçado.

O Estado esperava, por exemplo, R\$ 16,4 milhões de um convênio da União destinado à educação. Vieram apenas R\$ 2,67 milhões. Noutra transferência, desta vez tendo o Sistema Único de Saúde (SUS) como destino, eram aguardados R\$ 6,63 milhões, mas não chegou um único centavo.

O governo capixaba também encontrou dificuldades com as operações de crédito. A expectativa era de captar R\$ 1,595 bilhão no mercado em 2013, mas o volume ar-

recadado ficou em R\$ 910,7 milhões, pouco acima da metade do que estava previsto. Dos R\$ 150 milhões esperados do BNDES para as obras do BRT, por exemplo, apenas R\$ 5,45 milhões vieram. Dos R\$ 17 milhões que viriam da Caixa para as obras de melhoria do entorno e de vazão do Rio Marinho, não chegou nem R\$ 1. O Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável tinha previsão de captar R\$ 800 milhões junto ao BNDES, mas só R\$ 553,48 milhões bateram no cofre.

IMPOSTOS

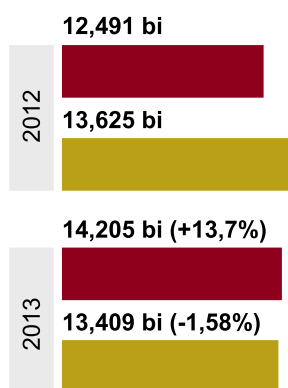
Se na captação de recursos fora, via financiamentos ou via União, o governo patinou, o mesmo não ocorreu nas receitas provenientes da arrecadação tributária e das contribuições. O valor arrecadado com impostos (R\$ 9,94 bi) ficou 8,13% acima do que previa o orçamento (R\$ 9,19 bi). O volume só não superou 2012 (R\$ 10,26 bi), por conta do fim do Fundap, que retirou R\$ 1,1 bi dos cofres do governo. O aumento na arrecadação dos demais tributos, ICMS principalmente, impediram buraco maior.

No que diz respeito às contribuições, a arrecadação (R\$ 1,895 bi) ficou 7,97% acima do que foi previsto pelo orçamento (R\$ 1,755 bi). Na comparação com 2012, a expansão foi de 14%. No ano retrasado, as contribuições renderam R\$ 1,661 bilhão aos cofres do Estado.

AS CONTAS DO ESTADO Veja o que foi gasto e recebido pelos cofres públicos

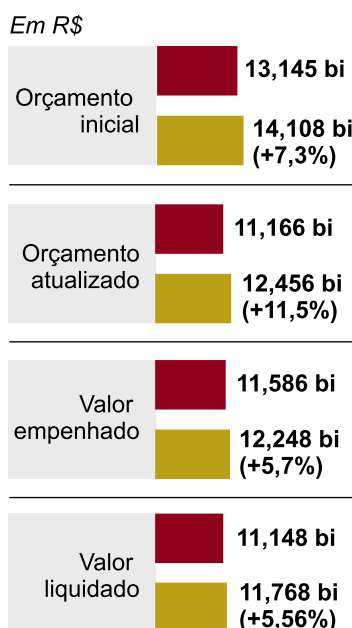
RECEITAS

■ Previsto
■ Realizado



DESPESAS

■ 2012 ■ 2013



Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado

Em R\$

	Origem	Previsto	Arrecadado	Proporção
2012	Tributos	9,899 bi	10,269 bi	103,74%
2013	Tributos	9,196 bi	9,944 bi	108,13%
2012	Transferências correntes	3,390 bi	3,969 bi	117,08%
2013	Transferências correntes	4,328 bi	4,101 bi	94,75%
2012	Contribuições	1,572 bi	1,661 bi	105,66%
2013	Contribuições	1,755 bi	1,895 bi	107,97%
2012	Operações de crédito	364,58 milhões	917,322 milhões	251,61%
2013	Operações de crédito	1,595 bi	910,703 milhões	57,07%
2012	Transferências de capital	184,838 milhões	32,578 milhões	17,63%
2013	Transferências de capital	335,253 milhões	30,563 milhões	9,12%

Para onde foi o dinheiro (principais despesas)

Em R\$	Empenhado		Liquidado	
	2012	2013	2012	2013
Departamento de Estradas e Rodagem	494,575 milhões	682,250 milhões (+37,9%)	421,668 milhões	583,800 milhões (38,4%)
Secretaria da Educação	876,778 milhões	955,882 milhões (+9%)	864,196 milhões	941,696 milhões (+8,9%)
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	794,707 milhões	874,857 milhões (+10%)	794,707 milhões	874,857 milhões (+10%)
Fundo Estadual de Saúde	1,354 bi	1,590 bi (+17,4%)	1,329 bi	1,582 bi (+19%)
Polícia Militar	821,685 milhões	900,622 milhões (+9,6%)	804,349 milhões	888,356 milhões (+10,4%)
Fundo Financeiro (aposentadorias e pensões)	1,601 bi	1,816 bi (+13,4%)	1,601 bi	1,816 bi (+13,4%)
Administração geral a cargo da Fazenda*	2,064 bi	1,440 bi (-30,2%)	2,064 bi	1,440 bi (-30,2%)

*amortização de dívida e concessão de empréstimos

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

BALANÇO DE 2013

“Dinheiro da União é difícil”

Secretário explica que são várias as dificuldades que envolvem a captação de recursos fora do Estado

▄ **ABDO FILHO**
afilho@redegazeta.com.br

“As transferências de capital, que são os recursos que pleiteamos junto à União, historicamente são de baixa execução. Sempre houve essa dificuldade, é um dinheiro difícil”.

Essa foi a explicação dada pelo secretário da Fazenda, Maurício Duque, para o fato do Estado ter conseguido apenas R\$ 30,5 milhões dos R\$ 335,2 milhões que foram solicitados. “Tem projeto, tem cadastro, mas sempre é esse problema”, argumenta.

Sobre os financiamentos, Duque diz que o orçamento faz uma prévia do que irá precisar ou do que



GABRIEL LORDÉLLO - 24/11/2012

“Tem projeto, tem cadastro, mas sempre é esse problema. Recursos vindos da União historicamente são de baixa execução”

—
MAURÍCIO DUQUE
SECRETÁRIO
DA FAZENDA

pretende fechar, mas que há muitas pedras no meio deste caminho. “Os recursos só vêm, por exemplo, quando sai o licenciamento,

nós sabemos que esse processo muitas vezes acaba atrasando. Esse é um dos motivos que fazem um crédito não vir no ano que

nós esperamos”.

Também há os casos em que o projeto acaba atrasando. “O BRT, por exemplo, acabou não saindo no

ano passado, o dinheiro não veio. O mesmo deve ocorrido no caso do Rio Marinho. Também há situações em que o dinheiro não vem mesmo e aí o governo acaba fazendo com recursos próprios. Baixa captação não significa que os projetos não estão saindo”.

GASTOS

Apesar da receita total do Estado ter ficado R\$ 216 milhões abaixo do registrado em 2012, as despesas subiram: 5,7% no caso do valor empenhado (reserva para efetuar pagamento planejado) e 5,56% no liquidado (quando o serviço é executado, o valor é liquidado). Na avaliação do secretário, a expansão foi absolutamente normal.

“Primeiro que o crescimento ficou abaixo da inflação do ano passado

(5,91%). Além disso, trata-se de uma ampliação positiva do custeio, abrimos um hospital (Dr. Jayme Santos Neves, na Serra) e contratamos mais de mil novos policiais militares. Sempre que o serviço é ampliado, o custeio também sobe, mas isso é que chamo de bom custeio”.

Para 2014, Duque se inclui no time dos otimistas. Ele aposta que as economias do Brasil e do Espírito Santo devem registrar crescimento de 3% este ano.

Com relação à arrecadação estadual, o secretário acredita que a receita voltará aos níveis de 2012, o último ano do Fundap. “Nossa perda com o fim do Fundap foi superior a R\$ 1 bi, mas conseguimos repor parte disso com o crescimento de outros tributos. Isso deve se manter em 2014”.

CONSUMO ALTO

Conta de luz pode ficar 10% mais cara

Preço da energia atinge o teto em fevereiro; custo do megawatt dobra e vai a R\$ 822

RIO

O consumidor vai pagar caro pelo calor do último mês e pelo baixo volume de chuvas. Além dos gastos com a geração das usinas térmicas, que custam mais que a energia das hidrelétricas, os brasileiros ainda

vão arcar com as despesas das distribuidoras com a compra de energia no mercado livre. O preço para o início de fevereiro é o maior desde setembro, quando mudou a forma de calcular o valor da energia.

Para primeira semana de fevereiro, atingiu R\$ 822,83, o teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em janeiro esse valor era



SXCHU

Calor contribuiu para o aumento do uso da energia

quase a metade: R\$ 466. Com isso, as contas de luz podem subir até 10% na data anual do reajuste.

De acordo com estimativa da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), se todos esses custos permanecerem no atual patamar, as distribuidoras poderão pedir à Aneel, que autoriza os reajustes, repasse do custo mais alto

nas contas de luz.

As distribuidoras têm de recorrer ao mercado livre, pois não vêm conseguindo obter toda a energia necessária para atender à demanda nos leilões feitos pelo governo federal. Atualmente, elas precisam comprar 3,3 mil megawatts (MW) médios adicionais e, assim, acabam tendo que arcar com preços elevados.